

Em direção ao buraco

Os dados oficiais sobre a situação das dívidas dos Estados e municípios, divulgados quarta-feira pelo Banco Central, confirmam, agora com a friabilidade das estatísticas, que o grau de deterioração das finanças públicas é tão grave quanto podem sentir na pele os usuários dos serviços públicos e representa uma ameaça muito mais iminente do que se pensa ao Plano Real.

Segundo o BC, enquanto as contratações pelos governadores e prefeitos de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) cresceram substancialmente — passaram de R\$ 1,5 bilhão em 1994 para R\$ 3,9 bilhões em 1995, 155% a mais, portanto — os empréstimos contratuais, chamados de Operação de Dívida Fundada, tiveram uma ligeira redução — passaram de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 2,1 bilhões no mesmo período. Como as AROs são empréstimos de curto prazo, tomados para cobrir despesas correntes de custeio e da folha de salários, e os empréstimos contratuais são de longo prazo, tomados para a realização de investimentos (obras de infra-estrutura, por exemplo), isso significa que os Estados e municípios estão se comprometendo cada vez mais com os gastos nas atividades-meio, que não dão nenhum retorno, e abandonando cada vez mais as atividades-fim, que são os investimentos em serviços e obras para melhorar o atendimento à população, as únicas que justificam a cobrança de impostos.

Essa estatística confirma o efeito devastador que o fim da inflação galopante teve sobre as finanças estatais. Junto com os banqueiros e os especuladores, o Estado era um dos grandes beneficiários da corrosão acelerada do valor da moeda. Cobrando seus impostos à vista e adiando o pagamento de seus credores, driblando o funcionalismo com a manipulação das datas de pagamentos e operando o "floating" num mercado financeiro acelerado pela sua própria ação de enfraquecimento da moeda nacional, o Estado conseguia manter a seu favor o fluxo de dinheiro em seus cofres, disfarçando, assim, o tamanho do descalabro em suas finanças.

Com o fim da inflação, o mais lento e pesado dos agentes econômicos foi, como não poderia deixar de ser, o último a reagir. Impedido por uma legislação leonina, defendida com unhas e dentes pelo Judiciário e pelo Legislativo, de tomar as precauções e as medidas de enxugamento que a economia privada pôs em prática a tempo para enfrentar a nova onda, o Estado foi pego de calças curtas pela estabilização da moeda, e começa a apresentar, nua e crua, a situação desesperadora em que foi atirado pelas dezenas de anos em que sofreu a ação predatória dos políticos.

Vários dos mais responsáveis entre os governadores estaduais da nova safra já perceberam a urgência da situação e, corajosamente, estão reagindo como podem para contornar essa legislação e sair dessa armadilha mortal.

O governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, determinou a retenção dos salários dos funcionários públicos catarinenses toda vez que os gastos com a folha de salários ultrapassarem 65% da receita líquida, como determina a "Lei Rita Camata". No Rio Grande do Sul, o governador Antônio Britto baixou uma lei drástica contra o nepotismo, está se esforçando para reduzir o número de funcionários e está vendendo ativos do Estado. Em

Minas Gerais, Eduardo Azeredo, além de estar privatizando o Banco de Crédito Real, tem um programa de reforma administrativa para reduzir quadros e despesas. Marcello Alencar, no Rio, além de um amplo programa de privatizações, está demitindo sumariamente 10 mil funcionários contratados irregularmente e iniciando um programa de demissões voluntárias, com o qual pretende adicionar mais 28 mil a essa lista.

Os grandes obstáculos a uma reformulação decisiva do aparelho estatal a tempo de salvar o País e o Plano Real das consequências sombrias que o prolongamento dessa situação pode ter estão, hoje, no Judiciário e no Legislativo. O Judiciário surge como a ponta de lança do corporativismo na conquista dos "direitos" que arruinaram as finanças públicas e na da defesa da intocabilidade desses privilégios. Não há rigorosamente nenhuma medida moralizadora ou que caminhe na direção de inverter a rota do desastre das finanças públicas que não tropece, assim que começa a ensaiar sua caminhada, numa liminar ou numa "decisão de mérito" que a jogue por terra. É o que já está acontecendo com as medidas moralizadoras e altamente populares dos governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para falarmos só das mais recentes.

Já os políticos do Legislativo agem de maneira diferente: usam a própria angústia do Executivo com essa situação de desastre iminente para cavar, na negociação pela correção desses desvios, novos desvios do processo, que aprofundam o problema que se quer solucionar. Para dar qualquer passo na direção da redução do tamanho do Estado, exigem, ironicamente, mais cargos e mais salários...

Como os adjetivos pertinentes para qualificar essas atitudes são impubescíveis, resta lembrar que as estatísticas do Banco Central são como que um último alarme, que está zoando em alto e bom som, para lembrar a todos os brasileiros que é absolutamente impossível manter o tamanho do Estado e os privilégios dos seus servidores como estão e, ao mesmo tempo, manter viva e saudável a economia brasileira e de pé o Plano Real. Como nos velhos filmes de caubói, a "cidade" da economia brasileira é pequena demais para estas duas coisas, e uma delas terá de morrer.

O Estado suga, hoje, 30% do que toda a economia nacional produz. Pelos dados oficiais, a arrecadação em 95 foi de 31% do PIB. E tudo isso não vira nada. Nem uma obra nova. Nenhuma obra de manutenção. Tudo vai para pagar os funcionários, e ainda falta.

É isso que mostram as estatísticas do Banco Central.

É com uma veemência proporcional à gravidade dessa situação que o presidente Fernando Henrique deveria apresentá-la à opinião pública e denunciar as ações de lesa-pátria do Judiciário e do Legislativo. O nhenhênham "negociativo" já mostrou aonde pode nos levar neste ano inteiro em que foi exercido à exaustão, e que terminou com a redução de todas as reformas constitucionais mais importantes a formuletas de pouquíssimo efeito prático. Sem uma opinião pública totalmente consciente da gravidade do que está em jogo e jogando todo o seu peso contra as forças interessadas em que nada mude, já está mais que claro que nada, de fato, mudará.